

# Orçamento público federal tem corte de Cr\$ 12,3 tri

JORNAL DE BRASÍLIA

27 MAR 1991

Arnildo Schulz 03.07.90

O Ministério da Economia cortou 11% do valor real (65% do valor nominal) do orçamento reservado para as despesas de manutenção e os investimentos dos ministérios e órgãos públicos federais. Dos cerca de Cr\$ 19 trilhões de despesas autorizadas pelo Congresso para este fim, serão realizadas apenas Cr\$ 6,7 trilhões, sendo Cr\$ 5,1 trilhão alocados pelo Tesouro Nacional e Cr\$ 1,5 bilhão proveniente de outras fontes. O secretário-executivo do Ministério da Economia, João Maia, foi incumbido ontem de repassar a má notícia aos secretários das demais pastas, que já vinham amargando desde janeiro uma autorização de gastar apenas 10% do que estava previsto para custeio de 5% para investimento. Este contingenciamento provisório será suspenso agora que a revisão do orçamento foi completada.

Segundo João Maia, a equipe econômica apenas adaptou o orçamento à realidade econômica. Foi mexida apenas a parcela reservada às despesas de custeio e investimento, que representam cerca de 30% do orçamento global de Cr\$ 52,8 trilhões aprovado pelo Congresso. Os demais 70%, destinados ao pagamento de dívidas e do fun-



**Maia: portador da má notícia**  
cionalismo, foram mantidos intocados, já que são gastos que não podem ser comprimidos.

## Corte

A primeira ação do Executivo foi cortar do orçamento uma receita de Cr\$ 752 bilhões, incluída no orçamento pelos parlamentares quando o texto foi discutido no Congresso. O então presidente da comissão mista de orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), aceitou a versão de que a previsão de

arrecadação para este ano encaminhada pelo Executivo estava subestimada. Os deputados acreditaram que o IPI, o Finsocial e mais algumas fontes de receita do governo poderiam proporcionar mais recursos do que estava previsto. João Maia afirmou ontem que não há a menor possibilidade disto ocorrer, e cortou os Cr\$ 752 bilhões.

A queda da inflação também fez as receitas desincharem. Quando foi elaborado, o orçamento embutiu uma inflação média de 13% ao mês, quando hoje a previsão é de que encerre o ano com a média de 6% a 7% ao mês, o que provocou novos cortes. O orçamento também foi readaptado à perspectiva de queda da atividade econômica. Foram cortados ainda os programas que estavam duplicados em vários ministérios.

Com o orçamento mais enxuto, cada ministério terá que refazer sua programação de gastos, seguindo as prioridades do governo. "Os gastos sociais, como a merenda escolar, não poderão ter suas verbas reduzidas", esclareceu João Maia. Os remanejamentos a serem feitos pelos ministros não poderão aumentar as receitas previstas em cada rubrica do orçamento.